

Caciquismo e poder político. Reflexões em torno das eleições de 1901

INTRODUÇÃO

O caciquismo é-nos, aparentemente, familiar. As referências aos comportamentos a ele associados — influência política, corrupção eleitoral, compadrio, favor, cunha — abundam e não conotam, aliás, um regime político em particular. Identificado com a vida política portuguesa ao longo de mais de um século, raras vezes, no entanto, constituiu objecto de estudo entre nós ¹.

Este texto propõe-se analisar as relações entre o caciquismo e o poder político num dado período histórico — o correspondente aos finais de Oitocentos e aos primeiros anos deste século. Com esse objectivo, a investigação que lhe serviu de base privilegiou os acontecimentos políticos de 1901 e, de um modo mais preciso, os que giram em torno das eleições desse ano. Razões várias conduziram a esta opção. Algumas, de carácter inibidor, radicam no conhecimento superficial que se possui, quer da estrutura social, quer das instituições políticas portuguesas nesta época. Estando excluídos à partida, pela sua amplitude e pela natureza do trabalho, estudos de história social, foi também imprescindível circunscrever temporal e tematicamente o exame do sistema político em que o caciquismo se insere. Outras razões prendem-se com a riqueza da própria crise política de 1901, que, pelos confrontos e polémicas que suscitou, pelo exacerbamento das características do campo político que a acompanhou, oferece um fértil terreno de observação. A divisão de um dos dois grandes blocos partidários que, desde 1876, partilhavam alternadamente — *rotativamente* — o poder foi seguida, de imediato, pela modificação do regime eleitoral e pela realização de eleições. Ambos os factos são relevantes para a pesquisa, dado as eleições serem, como mais tarde afirmaria o cisionista João Franco, «o fulcro e a razão mesma do sistema». Mediante a análise destas, foi possível conhecer as atitudes do Governo e dos partidos, a lógica do sistema político. Os seus resultados permitiram, por sua vez, abordar uma componente fundamental da *élite* política, os deputados, cume de um edifício cujos fundamentos repousam nos caciques.

* Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

¹ Na produção historiográfica contemporânea, que sabemos, apenas duas obras se lhe referem com algum — desigual — relevo. Trata-se de *O Poder e o Povo: A Revolução de 1910* (1974), de Vasco Pulido Valente, e de *Portugal na Alvorada do Século XX...* (1979), de Manuel Vilaverde Cabral.

A orientação que foi necessário atribuir à pesquisa reflecte-se na leitura que aqui propomos do caciquismo. Esta tem, para nós, um carácter de síntese provisória, reflexão prévia a percursos ulteriores. A escala a que foi conduzido o estudo e o facto de este ter principalmente incidido sobre o comportamento do núcleo restrito dos dirigentes políticos implicaram um tratamento genérico das realidades locais, das microestruturas de poder que definem, nas suas relações com o centro político, o lugar do cacique.

A ficção, o discurso político e a prosa doutrinária forneceram informações, na ausência quase total de produção científica sobre o tema. Este tipo de documentos interessou-nos não apenas de um ponto de vista denotativo, mas também por facultar um acesso às representações da política vigentes na época nos grupos alfabetizados, que coincidiam, em parte, com os que então, em maior ou menor grau, nela participavam.

A perspectivação comparativa, tanto do caciquismo, como do sistema político global, esteve presente nas nossas interrogações.

I – ELEIÇÕES E CRISE POLÍTICA EM 1901

A 4 de Junho foi dissolvida a Câmara dos Deputados. Era a resposta de Hintze Ribeiro à cisão de João Franco. [...] Foi então que Hintze Ribeiro e José Luciano de Castro se combinaram para a defesa dos grandes partidos de que eram chefes. Não podia agradar ao segundo a formação de grupos, de facções políticas, que tirariam força às agremiações partidárias. Resolveu, pois, auxiliar o chefe do Governo e livrá-lo do mau passo em que ele se via, assoberbado por dificuldades de toda a ordem. [...] Da aliança dos dois chefes resultou a distribuição das candidaturas progressistas. O Governo, para se defender de João Franco e dos seus amigos, alguns dos quais tinham poderosa influência em vários concelhos, alterou, em ditadura, a lei eleitoral, dividindo o País em grandes círculos plurinominais, com representação das minorias.

(António Cabral, *As Minhas Memórias Políticas – Na Linha de Fogo*, Lisboa, 1930, pp. 41-42)

1. A EMERGÊNCIA DO «FRANQUISMO»²

A cisão «franquista» de Maio de 1901 inscreve-se num processo mais amplo de crise do sistema político liberal. Esta já é perceptível ao longo da última década do século XIX. Se as motivações da crise (com maior rigor, das «crises») não são exclusivamente políticas – elas remetem para problemas globais da evolução da formação social portuguesa e têm na questão colonial um vector fundamental³ –, multiplicam-se, no entanto, a este nível os sintomas de rotura. As experiências governativas extrapartidárias levadas a cabo por João Crisóstomo de Abreu e Sousa e José Dias Ferreira, os êxitos, embora efémeros, do republicanismo (vitória em eleições municipais ao longo da década de 90; triunfo pelo Porto nas legislativas de 1899), a crítica ao parlamentarismo como responsável principal do que então se apresenta como «crise nacional», são

² Não sendo o «franquismo» o nosso objecto de estudo, omitiram-se aspectos, nesta breve abordagem da crise política de 1901, que dizem estritamente respeito ao seu significado político e ideológico.

³ Ver M. Vilaverde Cabral, *op. cit.*

alguns desses indícios⁴. No que à cisão regeneradora directamente se refere, esta não é dissociável, por um lado, das lutas pela liderança partidária, que se seguirão às mortes de Lopo Vaz e de António de Serpa Pimentel, e, por outro, do facto de João Franco, antigo ministro do Reino e segunda figura do partido, se encontrar ligado a tentativas de mudança política — os «Endireitas» — que presunham uma desvalorização do papel dos partidos e um fortalecimento do executivo e da iniciativa real.

A dissidência, que teve como pretexto imediato um debate sobre o regime de contribuição predial, dividiu o grupo parlamentar regenerador. A maioria permaneceu fiel à chefia do presidente do Conselho, Hintze Ribeiro. Vinte e cinco deputados (cerca de 1/4 dos membros regeneradores do Parlamento) acompanharam João Franco. Esta divisão não limitou os seus efeitos a um enfraquecimento do partido no poder; pelo trajecto ideológico e político do próprio João Franco, e na conjuntura em que se processou, assumiu o sentido de uma ameaça ao sistema partidário, baseado na alternância governativa entre regeneradores e progressistas.

Perante a súbita quebra da disciplina partidária e a fragmentação da maioria parlamentar, Hintze Ribeiro — beneficiando da confiança do *poder moderador* — reagiu, dissolvendo a câmara electiva e preparando eleições que lhe permitissem, simultaneamente, reconstituir um apoio estável no campo parlamentar e anular o impacte da acção política de João Franco. Instrumento fundamental dessa estratégia foi a nova legislação eleitoral.

2. A «IGNÓBIL PORCARIA»

As modificações introduzidas pelo decreto eleitoral de 8 de Agosto de 1901, a «Ignóbil Porcaria», reflectiram-se no funcionamento dos partidos e permitiram um maior controlo dos actos relativos ao sufrágio por parte do executivo.

Os aspectos essenciais do diploma referiam-se à definição das capacidades eleitorais, divisão dos círculos, regime de escrutínio e mecanismos específicos da organização do processo eleitoral. A nova regulamentação mantinha, no que diz respeito à extensão do direito de sufrágio, as disposições em vigor desde o Decreto-Lei de 28 de Março de 1895, da autoria do Governo Hintze-João Franco⁵. Combinando requisitos *censitários* e *capacitários* — eram eleitores os cidadãos portugueses maiores de 21 anos, domiciliados em território nacional, que fossem colectados em mais de 500 réis em contribuições directas do Estado ou que soubessem ler e escrever —, limitava, à partida, a um número restrito de cidadãos a participação nos actos eleitorais. De acordo com o *Censo Eleitoral da Metrópole*, publicado em 1916 — única fonte estatística disponível —, o corpo eleitoral, no período compreendido entre 1895 e 1910, seria composto por, aproximadamente, 700 000 indivíduos, o que representaria cerca de 12,8% da população portuguesa (5 423 132 habitantes em 1900)⁶.

A reorganização dos círculos eleitorais — *uninominais* pela Lei de 26 de Julho de 1899 — era o aspecto central do novo diploma. Partidários e adversários do Governo frisaram-no. Os círculos plurinominais — 22 no continente e 4 nas

⁴ Para além dos mencionados, constituem igualmente indícios de crise política, quer a aceleração da produção legislativa sobre matéria eleitoral, no período decorrente entre 1895 e 1901 — 4 diplomas promulgados em 6 anos, perante 6 em 32 anos, entre 1852 e 1884 —, quer a multiplicação dos actos eleitorais a partir do início da década de 90.

⁵ A lei eleitoral de 26 de Julho de 1899 introduziu uma inovação pouco significativa: eram também eleitores os menores de 21 anos que fossem diplomados num curso superior ou especial.

⁶ Os eleitores inscritos representavam cerca de 50% da população masculina maior de 21 anos. As mulheres não votavam, embora a legislação não mencionasse especificamente a sua interdição.

Ilhas atlânticas⁷—, em regra decalcados das circunscrições distritais, foram reintroduzidos. As cidades de Lisboa e Porto eram, por sua vez, divididas em dois círculos eleitorais, que englobavam os concelhos rurais limítrofes. Simultaneamente, estabeleceu-se para todos os círculos o *escrutínio de lista incompleta, que admitia, em proporções variáveis, a representação das minorias*⁸. A par destas disposições, o decreto estatuiu novas modalidades de controlo do processo eleitoral, sendo a mais importante a supressão das comissões de recenseamento, atribuindo a servidores do Estado (funcionários municipais e administradores de concelho ou de bairro) todas as funções de organização e revisão deste.

O sentido das alterações introduzidas era transparente. Através da reorganização dos círculos eleitorais, do novo regime de escrutínio, mediante o predomínio do executivo nos diversos actos relativos ao sufrágio, procurava-se assegurar a supremacia das organizações partidárias tradicionais, combatendo as diversas tentativas para a quebrar. Os republicanos, principal agrupamento antidinástico, cuja força eleitoral se concentrava nas grandes cidades, viam-na enfraquecida pelos métodos típicos do *gerrymandering*— mesmo obtendo maiorias nas assembleias urbanas, onde a politização do eleitorado era mais elevada e a acção fiscalizadora relativamente eficaz, esses resultados seriam asfixiados pelos votos da cintura rural (como exemplo, atente-se no sucedido nas eleições de 1905, com a fraude gritante da «chapelada da Azambuja», e nas primeiras eleições de 1906). Para além dos republicanos, as medidas legislativas atingiam outros agrupamentos, como os católicos, que aspiravam a uma representação parlamentar. Todavia, em 1901, era o «franquismo» o inimigo principal a neutralizar. A subdivisão do distrito de Coimbra em dois círculos, Coimbra e Arganil, por exemplo, era apontada como um ataque frontal à influência de que João Franco aí disporia (a maioria dos deputados regeneradores do distrito apoiaram, em Maio de 1901, o antigo ministro do Reino). O preâmbulo do decreto eleitoral de 8 de Agosto era também claro a este respeito— a menção de que as novas medidas se destinavam a impedir a fragmentação dos partidos em clientelas tinha um destinatário implícito.

3. AS ELEIÇÕES DE 6 DE OUTUBRO DE 1901 E A LÓGICA DO SISTEMA ELEITORAL

A 6 de Outubro tiveram lugar as eleições. Os seus resultados cifraram-se em 107 deputados para o Partido Regenerador, 41 para os progressistas, 6 deputados independentes eleitos em listas governamentais e 1 partidário de João Franco⁹.

O Popular—jornal afecto aos regeneradores, dirigido por Mariano de Carvalho— publicara a 4 de Outubro a lista dos candidatos governamentais: propunham-se vencer as maiorias em todo o País, com excepção de Aveiro. No

⁷ Os círculos eleitorais correspondentes aos territórios coloniais —7— permaneciam uninominais. Estes círculos constituíam uma «reserva» governamental.

⁸ A lei eleitoral de 21 de Maio de 1884 introduzira, pela primeira vez, o escrutínio de lista incompleta, mas em círculos plurinominais de dimensões mais restritas; estes circunscreviam-se às sedes distritais. O resto do território continuava sob o regime dos círculos uninominais. Note-se ainda que, na lei de 1884, Lisboa e Porto constituíam círculos independentes dos concelhos rurais limítrofes. O decreto eleitoral de 28 de Março de 1895, da autoria do Governo Hintze Ribeiro/João Franco, que apenas vigorou durante um ano, dividira igualmente o País em grandes círculos plurinominais, submetidos, no entanto, ao escrutínio de lista completa.

⁹ O levantamento dos deputados foi feito a partir dos jornais *O Popular*, *O Século*, *Diário de Notícias*, *Novidades* e *O Dia* de Outubro de 1901 e foi confirmado através do *Diário da Câmara dos Senhores Deputados* de 4 e 8 de Janeiro de 1902.

dia 1 havia impresso o *Correio da Noite*, órgão progressista, a lista dos candidatos por este partido: concorriam às minorias em todos os círculos, com exclusão dos de Aveiro e do Funchal, onde iriam disputar as maiorias. Pelo círculo de Arganil, que comportava 3 deputados, regeneradores e progressistas apenas propunham 1 cada. Os resultados não trouxeram qualquer surpresa. Os candidatos regeneradores e progressistas foram, na sua quase totalidade, eleitos pelos círculos e nas posições em que se haviam proposto. Apenas no Funchal se assistiu a um verdadeiro combate eleitoral, com a presença activa dos católicos, vencendo os governamentais. Em Arganil foi eleito, no lugar que lhe havia sido reservado, um partidário de João Franco.

A ausência de luta é uma constante nestas eleições. O acordo é o seu mecanismo fundamental. Em 1901, este incluiu a cedência à oposição progressista da maioria em Aveiro de 2 deputados, além da minoria em Viana do Castelo e de 1, nas mesmas condições, em Beja. A nova lei eleitoral, ao acabar com os círculos uninominais e ao substituí-los, na sua quase totalidade, por circunscrições distritais, veio facilitá-lo. Enfraquecendo a capacidade de pressão centrífuga dos influentes, reforçava as organizações partidárias. Ao reduzir o número dos círculos, limitava o campo de possíveis atritos e concentrava as decisões nas chefias nacionais e distritais. «No regímen dos grandes círculos plurinominais», escrevia Trindade Coelho, «é óbvio que o eleitor desaparece de facto; e desaparecem até os influentes locais, cuja força — restrita, em regra, a uma freguesia ou um concelho — se torna perfeitamente nula perante os concelhos de um distrito; advindo desta circunstância, que eleitor e influentes têm de aceitar do governo o *santo e a senha*, votando nos candidatos que este lhes indica, únicos que têm a possibilidade material de serem eleitos.»¹⁰ Se anteriormente eram raros os casos de luta vitoriosa contra as determinações governamentais, de ora em diante serão cada vez mais improváveis. As manifestações de desobediência em relação às chefias tinham de se apoiar em algo mais vasto do que redes de influentes locais. João Franco, de quem se dizia possuir Guimarães como «feudo eleitoral» — tendo sido eleito por aí diversas vezes, na sequência das posições que tomou, favoráveis a esta cidade, nas querelas regionalistas com Braga —, não ousou apresentar a sua candidatura, ou a de algum dos seus partidários, pelo novo círculo de Braga. Uma parte dos seus amigos locais abandonou-o¹¹.

Para além dos seus aspectos singulares, as eleições de 1901 apresentam elementos comuns a outros actos eleitorais, anteriores e posteriores. Comparando-as com as de 1899 e de 1900 (em que vigorava o regime dos círculos uninominais) e com as que se seguem até finais de 1906, por nós examinadas, é possível descrever os seus traços estruturais. Entre estes sobressaem, pela sua importância, os que dizem respeito ao papel do Governo. De acordo com a Carta Constitucional, a formação deste constituía uma prerrogativa do *poder moderador*. O rei nomeava um governo, escolhendo o chefe entre os principais dirigentes políticos e este «fazia» as eleições. Ou seja, dotava-se de uma maioria que o apoiasse na Câmara. Após a Regeneração, salvo raríssimas excepções,

¹⁰ *Manual Político do Cidadão Português*, Lisboa, 1906, p. 459. A tese de que os círculos plurinominais reforçam a disciplina partidária e subordinam as influências locais às imposições do centro político é uma constante, quer em autores da época, quer em textos actuais de sociologia política. Vejam-se, por exemplo: António Cândido, *Princípios e Questões de Filosofia Política*, t. II, 1881; Augusto Fuschini, *O Presente e o Futuro de Portugal*, 1899; Marnoco e Sousa, *Direito Político Português*, 1910; P. G. La Chesnais, *La Représentation Proportionnelle et les Partis Politiques*, 1904; Maurice Duverger, *Partis Politiques*, 1951, etc.

¹¹ Ver António Cabral, *As Minhas Memórias Políticas — Na Linha de Fogo*, Lisboa, 1930, p. 48, e *O Popular* de 3 de Outubro de 1901.

é o partido governamental o vencedor dos actos eleitorais¹². Presidente do Conselho, ministro do Reino, governadores civis, administradores do concelho, conduziam, sob a orientação dos dois primeiros, os diversos actos relativos ao sufrágio. Este era precedido de negociações com o partido oposicionista, tendo em vista a partilha de lugares entre a maioria e a minoria. Com esta atitude procurava-se evitar práticas exclusivistas, que levassem o partido que se julgava desfavorecido a recorrer a meios não constitucionais para obter o poder, como havia sucedido anteriormente a 1851. A verdadeira luta desenrolava-se antes das eleições, nas negociações travadas entre Governo e oposição para se estabelecer o acordo¹³. Sob o regime dos círculos uninominais, as negociações eram morosas; ao Governo e aos «marechais» oposicionistas deparava-se a resistência de múltiplos interesses locais que recusavam, por vezes, sacrificar-se à lógica do pacto. Nos casos em que não havia acordo, o Governo — e também a oposição, em muito menor grau e consoante a sua força local — recorria a procedimentos intimidatórios ou fraudulentos destinados a obter os resultados desejados. A viciação dos cadernos eleitorais, com a inscrição de eleitores «fictícios» (mortos ou ausentes) e a exclusão de outros, a dissolução de corpos administrativos hostis, a ameaça física através da força armada ou de bandos de caceteiros, as chapeladas, o roubo ou a destruição de urnas, a compra de votos, são alguns exemplos desse tipo de processos¹⁴. Em 1901, a utilização desses métodos é reduzida, quando comparada com a registada em anos anteriores. Tal parece-nos indissociável da eficácia do acordo, conjunturalmente sólido, entre regeneradores e progressistas, unidos contra João Franco. O «jogo» rotativo prosperou, absorvendo a crise regeneradora. Só mais tarde, na sequência da Dissidência Progressista (1905), é visível, em termos de partilhas e alianças eleitorais, o começo da derrocada.

Seria erróneo desvalorizar o significado político deste tipo de eleições. «Fabricadas», destinadas a sancionar um poder que delas não depende directamente, a sua importância é fulcral. Elas são o momento em que «o sistema político verifica a sua legitimidade e fortalece a sua imagem como autoridade legitimada, em que os grupos sociais e as *élites* políticas medem o seu poder e as suas relações recíprocas»¹⁵. Nelas se recorta, garantindo votos e fidelidades, a figura do cacique.

¹² Esta relação entre exercício do poder e vitória nos sufrágios é total no período compreendido entre 1899 e 1906, por nós directamente estudado.

¹³ Leia-se, a este respeito, os artigos de Mariano de Carvalho em *O Popular* de 4 de Agosto de 1901 e de José de Alpoim em *O Primeiro de Janeiro* de 27 de Setembro de 1901. O acordo eleitoral, em períodos anteriores, chegou a incluir republicanos — é o caso do apoio dado por Fontes Pereira de Melo a Elias Garcia (ver Rocha Martins, *D. Carlos. História do Seu Reinado*, Lisboa, 1926). Em Espanha chama-se *encasillado* a prática análoga, que ocupa no sistema político um lugar idêntico ao do acordo em Portugal. Ver, José Varela Ortega, *Los Amigos Políticos. Partidos, Elecciones y Caciquismo en la Restauración (1875-1900)*, Madrid, 1977, e Javier Tusell, *Oligarquía y Caciquismo en Andalucía (1890-1923)*, Barcelona, 1976.

¹⁴ A imprensa é rica em descrições desse tipo de processos. Um texto onde são relatados com alguma minúcia são as *Notas da Minha Vida e do Meu Tempo*, Lisboa, s. d., de Francisco Homem Cristo. Manifestações de extrema violência, envolvendo influentes locais e os seus bandos, são narradas por Francisco Manuel Alves (abade de Baçal) em *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, t. I e VI, Bragança, 1931.

¹⁵ Alfio Mastropaolo, *Electoral Processes, Political Behaviour and Social Forces in Italy from the Rise of the Left to the Fall of Giolitti (1876-1913)*, comunicação apresentada no colóquio «The Politics of Mediterranean Europe», organizado pela International Political Science Association (IPSA), Atenas, 28 de Maio a 1 de Junho de 1978.

II — A ÉLITE POLÍTICA E OS PARTIDOS DO ROTATIVISMO EM COMEÇOS DO SÉCULO

Mas os dois grandes grupos, progressistas e regeneradores? Não estão esses distanciados porque, conforme as ocasiões, mais conservador é o Sr. Luciano de Castro, que o mesmo Sr. Hintze Ribeiro, ou mais liberal o mesmo Sr. Luciano de Castro que o mesmo Sr. Hintze Ribeiro. É conforme sopra o vento. Esses partidos não existem por questões de princípios, nem muito em geral por diferenças em processos de administração. Apenas se distinguem porque os chefes têm este ou aquele nome, porque existem estes ou aqueles interesses gerais, locais ou pessoais. Os princípios, conforme vulgarmente se diz, foram à carqueja. Por isso mesmo, porque há muito mais questões de homens e de interesses do que conflitos de ideias, os laços partidários são frouxos.

(Mariano de Carvalho, editorial de *O Popular* de 30 de Outubro de 1901)

1. OS DEPUTADOS (1902-04) ¹⁶

A análise da composição da Câmara dos Deputados eleita em 1901 oferece indicações que permitem uma caracterização social do núcleo dirigente dos partidos políticos, com representação parlamentar, em começos do século.

Os deputados da legislatura de 1902-04 distribuem-se por cinco grupos fundamentais. O primeiro é constituído pelo *funcionalismo civil do Estado* (por ordem decrescente de importância, lentes universitários e de outros institutos do ensino superior, professores do ensino secundário, magistrados, altos funcionários, funcionalismo médio) — 41 deputados, que representam 30,3 % do total apurado. O segundo compõe-se de *oficiais do Exército e da Marinha* — 37 deputados, 27,4 %. O terceiro é o dos membros das *profissões liberais* (advogados, médicos, engenheiros, escritores, publicistas e jornalistas) — 33 deputados, 24,4 %. Em quarto lugar encontramos *proprietários, industriais, financeiros e comerciantes* — 16 deputados, 11,9 %. Por último, está presente o clero — 8 deputados, 6 % ¹⁷.

Dos elementos informativos, um sobressai: a maioria dos deputados estão vinculados ao Estado (os clérigos inclusive, dada a sua dependência do Ministério da Justiça e dos Negócios Eclesiásticos). Este facto é revelador do grau de controlo do poder legislativo pelo executivo, visto estarem os deputados, como empregados públicos, subordinados administrativamente aos chefes partidários

¹⁶ A presente análise da *élite* política limita-se a um dos seus sectores fundamentais, o corpo dos deputados. Um estudo detalhado sobre ela pressupõe a abordagem de outros grupos significativos, como os pares, governadores civis e alto funcionalismo civil e militar. Na ausência de um registo biográfico dos deputados no Arquivo Histórico da Assembleia da República, foi necessário recorrer a um conjunto diversificado de fontes, que vão da imprensa da época a monografias, memórias políticas e dicionários e enciclopédias usuais.

¹⁷ A nossa investigação incide sobre 135 deputados, cuja ocupação apurámos, num total de 155, ou seja, 87 %. A classificação adoptada inspira-se na proposta de análise dos membros das Cortes espanholas (1903-10) de Miguel Martínez Cuadrado em *La Burguesía Conservadora (1874-1931)*, «Historia de España Alfaguara VI», Madrid, 1979, p. 347. Refira-se que esta classificação é simplificada, pois muitos dos deputados acumulam diversos estatutos, sendo difícil discriminar a importância relativa de cada um deles.

que ocupam cargos governativos¹⁸. De notar, também, a importância dos militares, com realce para armas como engenharia, cavalaria ou artilharia e para a Marinha, representadas em proporção bastante superior à infantaria. Os eclesiásticos, embora em número reduzido, denunciam o papel político do clero no interior dos partidos rotativos, num momento em que as forças ligadas à Igreja procuram uma representação política autónoma, que virá a conhecer expressão organizativa com a fundação, em 1903, do Partido Nacionalista. Socialmente, os deputados pertencem, na sua maioria, às camadas média e alta da burguesia, estando presente uma minoria de origem nobre.

Outra conclusão relevante é a inexistência de diferenciação social entre as *élites* partidárias neste período. Com efeito, as diversas categorias mencionadas encontram-se em proporções similares em ambos os partidos da rotação. O mesmo se pode dizer dos cisionistas que abandonam, em 1901, o partido governamental.

A crise regeneradora conduziu a uma renovação dos membros do Parlamento: 30 deputados — cerca de 1/5 do total — são-nos pela primeira vez na legislatura de 1902-04. Apesar das modificações que se sucederam à saída de João Franco, os deputados aparecem-nos como um corpo estável: é de 4 a média de mandatos por cada um dos eleitos para a legislatura de 1902-04. Alguns destacavam-se pela sua longa permanência. Os progressistas Manuel Afonso de Espregueira e Francisco Veiga Beirão, eleitos pela primeira vez em 1869, exerceram o cargo até 1904, em 11 e 13 legislaturas, respectivamente. O regenerador Guilherme Augusto Pereira de Carvalho e Abreu, que iniciou a sua carreira parlamentar em 1858, esteve presente em 21 legislaturas, incluindo a que se abriu com as eleições de 1901. Os independentes José Dias Ferreira e Mariano de Carvalho, que se estrearam na Câmara em 1860, o primeiro, e, o segundo, dez anos depois, contavam, nesse momento, com 22 e 18 mandatos cada¹⁹.

Não foi possível, em virtude da raridade e dispersão das fontes, implicar morosas investigações biográficas e obter dados concludentes sobre a importância das relações de parentesco e do «parentesco ritual» na reprodução da «classe política». Alguns exemplos sugerem, no entanto, que esta é um meio relativamente fechado, com uma muito fraca mobilidade interna, no qual tais relações desempenham um papel importante. Entre os deputados eleitos por Bragança em 1901 encontram-se o progressista Carlos de Almeida Pessanha e o regenerador António Alberto Charula Pessanha, membros de uma autêntica dinastia local. Ambos eram descendentes de Francisco António de Almeida Moraes Pessanha, deputado por Trás-os-Montes às Cortes vintistas, sendo o segundo filho de um matrimónio que uniu um membro da família Pessanha ao antigo deputado e governador civil regenerador João José Pereira Charula. Até 1922, que saibamos, membros desta família e aparentados (como o visconde das Arcas ou o dirigente progressista Eduardo José Coelho) ocuparam cargos parlamentares representando o distrito de Bragança e, algumas vezes (1851, 1852 e 1864), estiveram igualmente presentes dois dos seus membros na mesma legislatura. A família Beça, também brigantina, está representada, em 1902-04, no Parlamento por José, sendo o governador civil seu irmão Abílio (ambos são regeneradores), e fornecerá, em 1906, no *intermezzo* franquista, como deputado regenerador-liberal, um outro irmão, Adriano Beça. Entre os representantes de

¹⁸ A sobre-representação parlamentar do funcionalismo era um fenómeno antigo, de tal modo que o decreto eleitoral de 28 de Março de 1895, fazendo-se eco de críticas recentes contra esse facto, limitava a 40 o número de funcionários elegíveis para a Câmara dos Deputados. Esta disposição foi revogada pela Carta de Lei de 21 de Setembro de 1897. Ver Henrique Baptista, *Eleições e Parlamentos na Europa*, Porto, 1903, pp. 290-292.

¹⁹ Estas informações têm como base dados constantes na obra de José Marcelino de Almeida Bessa *Anexo ao Manual Parlamentar para Uso dos Srs. Deputados da Nação Portuguesa*, Lisboa, 1905.

Braga, em 1902-04, contam-se o visconde da Torre e o conde de Castro e Sola, regeneradores. O primeiro era filho e sobrinho de deputados, cunhado do cisionista Malheiro Reimão. O segundo era primo dos regeneradores António José Lopes Navarro e Alberto Navarro, eleitos em 1901 por Castelo Branco e pelo Porto, primo também de Campos Henriques, dirigente regenerador, futuro presidente do Ministério. As ligações familiares do conde de Castro e Sola incluíam ainda os Sá Vargas, que exerceram cargos governativos e parlamentares, e os Lopes Cardoso, cuja actividade política se desenrolará sob a República. Os irmãos Alpoim, José Maria e Ovídio, são eleitos deputados pelo Partido Progressista em 1901, por Aveiro e Viseu, respectivamente. Os irmãos Cabral, progressistas, de Baião (Porto), representam em 1902-04 os círculos de Angra do Heroísmo (António) e Braga (Alexandre). Em Castelo Branco, o deputado progressista conde de Penha Garcia era familiar de João Franco. No Alentejo, o regenerador visconde do Reguengo (Portalegre) pertence a uma família de tradições políticas. Os Montenegros, os Mota Veiga, os Poças Falcão e os Teixeira de Azevedo são outras tantas famílias cuja ligação à política foi possível analisar a partir dos deputados da legislatura de 1902-04²⁰. Um alargamento temporal — e que não se limite aos deputados — da pesquisa possibilitará chegar a conclusões definitivas sobre o grau de endogamia existente na *élite* política.

Em 1901, a maioria dos deputados têm ligações, naturalidade ou outro tipo de vínculos aos círculos pelos quais foi eleita. Os restantes, que, na sua carreira, representam um número variado de círculos, são cerca de 1/3 do total. Estes últimos — em Espanha designados pelo termo *cuñeros*, por representarem uma imposição governamental na esfera local — são elementos preponderantes no partido, os seus «marechais» (como Francisco Veiga Beirão, advogado lisboeta, deputado progressista eleito por Viseu em 1901) ou membros da sua «máquina», jornalistas, etc.²¹ Não nos parece possível estabelecer, nesta época, correlações entre a estrutura económica e social dos círculos e a sua maior ou menor distância do centro e a proporção de notáveis locais que elegem. A explicação para tal deverá procurar-se no tipo de articulações existentes entre chefias partidárias no centro e ao nível local. É possível que a maior ou menor força das redes políticas regionais, o interesse relativo de que cada círculo se pode revestir para os dirigentes nacionais e o tipo de candidato — que pode ser uma figura de prestígio nacional ou um elemento menor — que se propõe por um círculo ao qual nada o liga sejam factores que pesem nesta escolha. A circunstância de a maioria dos deputados estarem, de algum modo, vinculados aos círculos por que

²⁰ O conjunto de informações referentes às relações de parentesco mencionadas no texto foi obtido através das seguintes obras: *G. E. P. B.; Portugal. Dicionário Histórico, Corográfico, Biográfico [...]*, Lisboa, 1904-15, de Esteves Pereira e Guilherme Rodrigues; *Portugal Antigo e Moderno*, Lisboa, 1873-90, de A. Pinho Leal; *Memórias Arqueológico-Históricas [...]*, t. vi e vii, Bragança, 1981, 2.ª ed., de Francisco Manuel Alves; e *Alexandre Cabral. Memórias Políticas*, Lisboa, 1923, de António Cabral.

²¹ *O Popular* noticiava em 22 de Setembro de 1901 o ocorrido com um candidato, membro da «máquina» progressista:

Com o ilustre e ex-deputado Oliveira Matos sucedem coisas fantásticas... Sua Ex.^a, que era muito popular em Arganil, deixou de o ser de repente e aparece popularíssimo em Cabo Verde. Agora, querendo todos que fosse popular em Braga, verificou-se não ser tal, mas há-de sê-lo noutra parte [...].

De facto, José Maria de Oliveira Matos acabou por ser eleito pela Horta. Casos idênticos ao seu são, entre muitos outros, os do conde de Paçô Vieira — eleito por Ponta Delgada (1899, 1900 e 1901), Braga (1904), Porto (1905 e 1906) —, António Rodrigues Nogueira — Chaves (1899), Vila Real (1900), Castelo Branco (1901, 1904 e 1905), Arganil (1906, 1.ª^{as}), Guarda (1906, 2.ª^{as}) —, Ovídio de Alpoim — Montemor-o-Novo (1899), Aveiro (1900), Viseu (1901 e 1904), Évora (1905), Leiria (1906, 1.ª^{as}) —, etc.

foram eleitos não nos deve equivocar quanto ao sentido das relações entre o *centro* e a *periferia*. O predomínio das chefias nacionais sobre os notáveis locais é indiscutível e, ao que tudo indica, muito anterior ao período por nós estudado, no qual se assiste a uma tentativa de um seu reforço — de que é testemunho o decreto eleitoral de 8 de Agosto de 1901. Por maior que fosse o prestígio pessoal e o poder dos notáveis regionais, o seu destino político dependia da sua inserção em organizações partidárias minimamente hierarquizadas. Embora a relação entre os diversos escalões dirigentes não deva ser pensada como de natureza essencialmente conflitiva e unidimensional — também aqui se evidencia a natureza «contratual» do sistema —, as directrizes do Governo ou das chefias nacionais dos partidos prevalecem, em última instância, sobre interesses de raiz local. O centro intervém muitas vezes directamente, quer escolhendo interlocutores privilegiados entre as diversas facções locais, quer promovendo a pacificação de lutas que podem colocar virtualmente em risco a unidade partidária²². Esta proeminência dos dirigentes nacionais é indicativa do carácter vertical do sistema e do tipo de relações existentes entre os partidos rotativos e o Estado (com o controlo da Administração por estes) e é indissociável da centralização político-administrativa que ocorreu ao longo do século XIX.

2. REGENERADORES E PROGRESSISTAS

A história dos partidos que dominam a cena política portuguesa nos alvares do século encontra-se ainda por escrever. As considerações que se seguem não pretendem colmatar essa lacuna. Limitam-se a estabelecer as características dos dois principais agrupamentos políticos em ligação com a problemática do caciquismo.

É com a Regeneração (1851) que se assiste a uma primeira edificação de um sistema bipartidário. A partir de 1852 surgem dois blocos que se distanciam e que resultam da fusão de antigos «progressistas» com elementos «cartistas», o Partido (Progressista) Regenerador e o Partido (Progressista) Histórico²³. A ausência de diferenças substanciais, programáticas ou de estratégia, conduziu-os à «fusão» em 1865. A Janeirinha (1868) e os acontecimentos subsequentes levaram ao fim da experiência «fusionista» e provocaram a formação de novos conjuntos, os Reformistas e os Constituintes. Os Regeneradores atravessaram, sem grandes sobressaltos, a crise. O mesmo não sucedeu com os Históricos, que conheceram graves dissensões internas — que se exprimiam desde a «fusão» — e só recuperaram como partido em meados dos anos 70²⁴. Em 1876 constituiu-se o Partido Progressista, através da simbiose dos antigos históricos e dos Reformistas (Pacto da Granja). A partir desse momento restabeleceu-se o bipartidarismo que se havia esboçado anteriormente e que em 1901 se encontra em vigor.

A história do rotativismo mostra a inexistência de clivagens profundas entre os dois blocos partidários. Os matizes ideológicos que os separam são compreensíveis em função do seu próprio contexto de emergência. O conjunto de valores simbólicos ligados à figura do que foi seu líder várias décadas é a melhor definição dos Regeneradores. Em Fontes Pereira de Melo encarnavam o prag-

²² Sobre a intervenção do governador civil, como agente do presidente do Conselho e chefe do partido, ver António Cabral, *Alexandre Cabral. Memórias Políticas*, pp. 137-159; Alfredo Gallis, *A Burla do Constitucionalismo — Autópsia à Política Portuguesa no Actual Momento Histórico*, Lisboa, 1905, p. 80; e, ainda, o *Diário de Notícias* de 18 de Setembro de 1901.

²³ Sobre a origem dos regeneradores e dos históricos veja-se A. Pinto Rava, «Sobre a '1.ª fase do rotativismo parlamentar' (1851-1865)», in *Análise Social*, n.º 46, 1976, pp. 363-367.

²⁴ Ver Oliveira Martins, «Elogio histórico de Anselmo José Braamcamp» (1885), in *Política e História*, t. II, Lisboa, 1957.

matismo político — o «oportunismo»²⁵—, o optimismo liberal aliado às transformações económicas, aos «melhoramentos materiais», que constituíram a imagem da Regeneração. Os Progressistas pretendiam-se representantes da memória do setembrismo e da Patuleia e herdeiros do reformismo de finais dos anos 60²⁶. Estas diferenças, que possibilitaram, por exemplo, em meados dos anos 80, o lançamento de um movimento como a «Vida Nova» no interior do Partido Progressista, encontram-se inteiramente esbatidas em começos do século. A leitura da imprensa partidária e dos debates parlamentares então travados é elucidativa. Os discursos do Governo e da oposição eram basicamente idênticos, não exprimindo divisões ideológicas. Do mesmo modo, como atrás vimos, a própria configuração sociológica das suas *élites* — pelo menos dos deputados — era semelhante.

A ausência de uma demarcação nítida entre ambos os partidos não invalida, no entanto, o facto de um e outro poderem representar, em determinados momentos, interesses sociais distintos e conflituais. Manuel Vilaverde Cabral terá sido um dos primeiros a estabelecer correspondências entre grupos sociais e os partidos do rotativismo²⁷. Parece-nos, contudo, que tais conexões não devem ser tomadas como historicamente imutáveis, mas definidas em função de conjunturas muito precisas — em dados momentos, certas fracções das classes dominantes podem ter-se reconhecido em um ou outro dos grandes agrupamentos monárquicos. Deve-se também ter em conta o carácter específico destes partidos e a sua autonomia em relação a uma base eleitoral precisa. Não se pode igualmente esquecer aquilo que nos parece ser a essência do rotativismo e constitui, neste caso, um efeito do campo político: o apagamento de divergências, o amortecimento dos conflitos, a edificação de compromissos através da partilha do poder.

Parece-nos inteiramente válida para o caso português a caracterização dos dois grandes partidos espanhóis da «Restauração» formulada por Miguel Martínez Cuadrado²⁸. Na sua opinião, são estes os elementos fundamentais que os definem:

- a) São partidos de notáveis²⁹;
- b) São partidos parlamentares — os membros das Cortes constituem o seu sector hegemónico, deles sendo oriundos os ministros e outros detentores dos altos cargos do Estado;
- c) A carreira parlamentar é o fulcro do percurso político de cada um dos seus membros. A organização dos partidos repousa em redes locais (que, no caso português, obedecem à divisão administrativa);
- d) Monopolizam a Câmara electiva.

Os partidos rotativos em Portugal combinam a existência de redes horizontais com uma hierarquia piramidal, em cujo vértice se encontram os chefes.

²⁵ A respeito do significado político do «oportunismo» de Fontes veja-se Júlio de Vilhena, *Antes da República*, t. 1, Coimbra, 1917, pp. 163-168.

²⁶ A mais sugestiva abordagem das representações associadas à Regeneração e às características dos dois partidos continua a ser a expressa no *Portugal Contemporâneo*, de Oliveira Martins.

²⁷ M. Vilaverde Cabral, *op. cit.*, pp. 39-40.

²⁸ M. Martínez Cuadrado, *op. cit.*, pp. 71-72.

²⁹ O termo *notável* é por nós sempre empregue na acepção que lhe dá Henri Mendras. De acordo com este autor, o notável caracterizar-se-ia, na sua forma histórica ideal, por três traços fundamentais: a) «mistura dos poderes social, económico e político»; b) «mistura das fontes externa e interna do poder»; c) «relações personalizadas». (Ver H. Mendras, *Sociedades Camponesas*, Rio de Janeiro, 1978, p. 126.)

A sua *élite* é composta pelos pares, pelos ministros de Estado honorários e pelos que se encontram em exercício, conselheiros de Estado, deputados e altos funcionários que podem, de momento, não exercer qualquer destes cargos. Como se disse, a carreira parlamentar é o momento fundamental da ascensão política, que leva o postulante de um cargo menor ao poder ministerial³⁰. As decisões partidárias estão concentradas a este nível. Para além do chefe, existem lideranças de menor relevo — os «marechais» —, que podem, eventualmente, vir a ser alternativas sucessórias. É em torno dos chefes e dos «marechais» (como João Franco ou Júlio de Vilhena entre os Regeneradores e Alpoim, Veiga Beirão ou Ressano Garcia entre os Progressistas) que se agrupam facções personalizadas. As sucessões nos partidos rotativos apenas se verificam na morte dos chefes. São, habitualmente, palco de confronto entre as diversas *cliques*³¹ e podem levar a cisões. Sem lembrar a crise que se seguiu à morte de Fontes Pereira de Melo (com Barjona de Freitas e os seus amigos a fundarem a Esquerda Dinástica, por não aceitarem a chefia de Serpa Pimentel), recorde-se que a cisão franquista de 1901 e a Dissidência Progressista de 1905 se prendem com problemas sucessórios. O modo como são designados os cisionistas é bem revelador da fulanização política: os partidários de João Franco são os «franquistas» ou «francécos», os «dissidentes progressistas» os «amigos de José de Alpoim» ou «alpoinistas». A importância das lutas de facções — que incluem alianças com elementos antimonárquicos e, por motivos que não são unicamente inerentes ao sistema, degeneram em hostilidade aberta nos últimos anos da Monarquia — decorre da estrutura dos partidos. A vitória de um ou outro chefe significa a ascensão dos que lhe estão associados. E estes constituem toda uma cadeia hierárquica de «amigos políticos». Na sua carreira, o influente local — o funcionário, o administrador do concelho, o jornalista, o advogado, o médico, o magistrado, o padre, o militar — liga-se a um «marechal» que o pode promover, facilitando-lhe o acesso aos recursos do Governo, da máquina partidária e do *spoils system*³². Em troca, este deve mostrar a sua gratidão seguindo o seu líder. Uma vitória deste traz benefícios a toda a sua camarilha; uma derrota, prejuízos.

Os partidos rotativos, assentes nos favores, na «reciprocidade assimétrica», sem caracterização ideológica diferenciada, são agrupamentos de clientelas com um acentuado pendor oligárquico³³.

³⁰ Ver António Cabral, *ops. cit.*

³¹ Sobre a noção de *clique* veja-se Eric Wolf, «Kinship, friendship, and patron-client relations in complex societies», in *The Social Anthropology of Complex Societies*, Michael Banton (org.), Londres, 1966. De acordo com este antropólogo, os detentores «superiores e inferiores de poder podem estabelecer alianças informais que assegurem o desenvolvimento fluido das suas relações, os protejam contra investigações não desejadas do exterior ou da concorrência interna e que contribuam para favorecer promoções e o desenvolvimento de outras aspirações» (pp. 15-16).

³² Sobre o significado de *spoils system* veja-se Max Weber, *Politik als Beruf* (1919); tradução francesa: «Le métier et la vocation d'homme politique», in *Le Savant et le Politique*, Paris, 1971, pp. 150-151.

³³ «Fora das oligarquias constituídas não há lugar à vida política, nem para homens nem para partidos, e, para estar, ou para entrar, nessas oligarquias, mister é, e condição única, servir, como escravo, o oligarca a quem se está enfeudado e adoptar o *ista* estabelecido, com a radical do nome do onnipotente patrono. Isto ficou assente. Mesmo dentro de cada partido, os clientes ostentam a sua denominação designativa dos respectivos patronos com desvanecimento. É vulgar assim dizer-se, com ufania: sou de F... — Esta é a base da formação, e manutenção, dos partidos, geralmente falando, claro é.» (Jacinto Cândido, *Doutrina Nacionalista*, Porto, 1909, p. 36.) Não surpreende este tipo de posições num dirigente político crítico do liberalismo. Ela é, contudo, comum a outros autores, alguns dos quais membros dos partidos rotativos liberais. A propósito da «significação oligárquica da *élite* política» neste período em Espanha veja-se José María Jover Zamora, «La época de la Restauración. Panorama político-social, 1875-1902», in *Historia de España*, dir. por Manuel Tuñón de Lara, t. VIII, Barcelona, 1981, pp. 295-298.

III — CACIQUISMO E POLÍTICA

O caciquismo não é um acessório do régimen. É o próprio régimen. Ou, pelo menos, está para o régimen como o coração está para o organismo em que bate: é o aparelho distribuidor da energia e da acção.

(António José de Almeida, «Galopins», in *Alma Nacional*, n.º 28, de 18 de Agosto de 1910)

Quem não tem padrinho morre mouro...

(Adágio popular)

1. IMAGENS E CRÍTICAS

São inúmeros os escritos que, com maior ou menor intensidade, possuem como referente a vida política posterior à Regeneração. Neles prevalece um olhar crítico sobre o liberalismo monárquico, que, na atmosfera nacionalista finissecular, se irá acentuar. Essa imagem negativa do parlamentarismo, que denuncia nos agrupamentos partidários a lógica de interesses particulares, o egoísmo de oligarquias, que insiste na distância que os separa dos sistemas verdadeiramente liberais — de que as instituições britânicas constituíam então o modelo —, nada tem de especificamente português. Para além de se inserirem no conjunto de discursos que põem em causa a concepção liberal da sociedade, estes temas são idênticos aos do «regeneracionismo» espanhol, que encontrou em Joaquín Costa o seu maior expoente³⁴.

Ricos de um ponto de vista ideológico — as críticas aos partidos e, por extensão, ao Estado liberal português, produzidas no último quartel de Oitocentos e posteriormente, retomam, em parte, posições já defendidas por Alexandre Herculano, em 1858, na *Carta aos Eleitores do Círculo Eleitoral de Cintra* —, o seu interesse informativo é, contudo, limitado. Poucos são os textos que vão além da descrição e da crítica pontuais e procuram caracterizar o sistema político existente. Entre estes destacam-se obras como *Questões de Política Positiva* (1881), de António de Serpa Pimentel, *Considerações sobre o Presente e o Futuro Político de Portugal* (1883), de Nogueira Soares, e *O Presente e o Futuro de Portugal* (1899), de Augusto Fuschini. Estes autores procuram investigar os mecanismos geradores do patrocínio político, da corrupção, do favor, as razões da oposição entre partidos aos quais não separam fronteiras ideológicas ou sociais. Para além das referências à ausência de uma base cultural propícia ao desenvolvimento das instituições liberais, é em torno do papel do Estado que se centram as explicações. O seu crescimento ao longo da segunda metade do século XIX é visto como o principal factor de corrupção política. Através dos serviços de uma burocracia em expansão que acompanha a centralização do aparelho, os detentores do poder de Estado adquiririam uma grande capacidade de manobra política, particularmente no que se refere aos actos eleitorais. A intervenção crescente do Estado no campo económico — nomeadamente pela via das obras públicas — forneceria aos chefes políticos um vasto leque de recursos utilizados para garantir fidelidade e apoio político, ou seja, no essencial, votos.

Este tipo de reflexões incide ainda, de um modo genérico, sobre o conjunto do mundo político. Muito embora aí se refira o peso das clientelas ou o que Léon Poincard denominou «regime dos clãs políticos»³⁵, a sua visão é de âmbito

³⁴ Ver Joaquín Costa, «Oligarquía y caciquismo como la forma actual de gobierno en España» (1901), in *Oligarquía y Caciquismo, Colectivismo Agrario y Otros Escritos (Antología)*, Madrid, 1973. Tal afinidade já foi sublinhada por M. Vilaverde Cabral, *op. cit.*, pp. 99-105.

³⁵ Ver Léon Poincard, *Le Portugal Inconnu*, Paris, 1910, pp. 408-412.

global e não se apoia em qualquer pesquisa empírica particular. A literatura permite-nos ir, neste caso, mais longe do que os ensaios doutrinários, ao representar os confrontos políticos ao nível local, ao propor uma imagem da luta partidária como pugna entre bandos rivais, ao destacar o papel do chefe político local, esse que, nas duas últimas décadas do século, começa a ser conhecido por cacique. A descodificação do que é específico dos registos da ficção e o confronto dos materiais literários com outro tipo de fontes fornecem-nos informações sobre o sistema político que outros documentos não possuem.

A imagem estereotipada de um conflito político local sob a Regeneração é, porventura, a que aparece no romance de Júlio Dinis *A Morgadinha dos Canaviais* (1868). A cena passa-se numa aldeia minhota. O confronto estabelece-se em volta das eleições, que polarizam em si os diversos antagonismos locais: luta por empregos, pela supremacia social, pela vitória de um determinado grupo. O combate trava-se, não em defesa de organizações ideologicamente estruturadas, mas em função de duas personalidades: um conselheiro, deputado tradicional, natural da terra, senhor da Quinta do Mosteiro, descendente de uma família da burguesia agrária compradora de «bens nacionais»; e um «brasileiro», novo-rico, que procura disputar a primazia ao primeiro. A contenda é estritamente pessoal. As facções definem-se em torno de fidelidades. A amizade que une o conselheiro ao Tio Vicente, ervanário, acaba por ter um destino político preciso. A gratidão do influente Joãozinho das Perdizes — que figura no romance o morgado decadente e paternal — para com o ervanário garante o voto maciço dos eleitores de uma freguesia no conselheiro. Os recursos do «brasileiro» são de teor idêntico: também ele possui uma rede de seguidores, baseada no favor, que esperam com o seu triunfo alargar benefícios pessoais. A política no mundo rural, tal como aqui é vista, é dominada pelo personalismo. Os chefes nacionais, os partidos, o Estado estão unicamente presentes através dos correios, do telégrafo ou da estrada e do enterro nos cemitérios, aparecendo estes dois últimos como verdadeiros focos de dissensão local.

Esta visão da política local repete-se de *A Queda de Um Anjo* (1866), de Camilo Castelo Branco, à *Aldeia* (1946), de Aquilino Ribeiro. No primeiro, a figura principal é o morgado Calisto Elói de Silos e Benevides de Barbuda, candidato nordestino, promovido por lavradores, pelos párcos e pelo boticário. Contra a influência deste abastado proprietário (candidato sob o regime dos círculos uninominais) é inútil a pressão governamental, representada pelo administrador do concelho e pelo governador civil, sob a orientação do ministro do Reino, que visava impor como deputado «um poeta de Lisboa». No segundo é descrita uma luta entre influentes, um regenerador e um progressista, algures na Beira. O último é um padre, amigo do chefe político progressista. O padre assume-se como intermediário entre o Governo e uma população que, manipulada pelo chefe regenerador, a princípio lhe é hostil. Os votos da freguesia são obtidos em troca de um sino fabuloso — o «Barradas» —, signo distintivo desta pelas povoações em redor, e da edificação de um não menos mirífico fontanário. O conflito será dirimido violentamente, com a morte do influente regenerador.

Os romances de Eça de Queirós *A Ilustre Casa de Ramires* (1897) ou do conde de Ficalho *Uma Eleição Perdida* (1888) transmitem, de um modo geral, perspectivas similares às atrás focadas. Gonçalo Mendes Ramires vê a sua carreira política dependente da vontade do governador civil, sobrinho do ministro do Reino. Este é-nos apresentado como controlando a vida política distrital e a ascensão ao Parlamento é vista como um favor pessoalizado que exige reciprocidade. Na obra do conde de Ficalho, governamentais e oposicionistas defrontam-se em eleições numa localidade alentejana. A oposição propõe um candidato de origem local, mas proprietário absentista residente em Lisboa; os seus apoiantes incluem um cacique local, rico lavrador, um visconde, também grande proprietário, um usurário, um padre, um funcionário. O partido governamental está presente através do agente do Governo — o administrador do

concelho — e de grandes proprietários. A massa eleitoral é reduzida a um conjunto de indivíduos unidos por laços vários de dependência aos chefes: rendeiros, seareiros, empregados públicos, um sapateiro e um sacristão. A propaganda e a «mobilização» eleitorais reduzem-se a pressões sobre os trabalhadores ou os funcionários públicos, à ameaça física e à chantagem por via das dívidas.

Poderia multiplicar-se a citação deste género de testemunhos. Diversos no estilo literário, situados em contextos diferenciados, os romances propõem uma representação da política em que a manipulação eleitoral, a corrupção, a amizade política, a ausência de combate doutrinário e o caciquismo predominam ³⁶.

É também a um escritor, Trindade Coelho, que devemos o que se pode quase considerar como uma «etnografia» dos costumes políticos portugueses na viragem do século. Em *A Minha Candidatura por Mogadouro* (1901) narra o sucedido nas eleições de 1900, às quais concorria como candidato pelo círculo 23, que incluía Mogadouro, terra da sua naturalidade. Como pano de fundo dos conflitos aparecem-nos as divisões internas do Partido Regenerador, com a camarilha de Teixeira de Sousa a procurar assegurar o controlo da organização distrital de Bragança, que pertencera aos adeptos de João Franco. A candidatura de Trindade Coelho — promovida, segundo o próprio, pelo Governo através do então ministro da Marinha, Teixeira de Sousa — é-nos apresentada como uma tentativa de liquidação de um poder rigorosamente *peçoal*, obstáculo ao jogo das clientelas e à intromissão governamental (poder de tal modo importante que já Luciano de Castro, o chefe progressista, escrevera ao autor a pedir votos). A influência do autor, de acordo com as suas próprias palavras, provinha-lhe da tradição familiar e da fama literária granjeada por obras que incidiam sobre a região, como *Os Meus Amores*, e que acentuavam emocionalmente os laços que aí o prendiam. O parentesco e o compadrio ligado a funções de patrocínio são outras fontes de influência. É este poder que as autoridades procuram «curto-circuitar», mediante a dissolução da Câmara Municipal de Mogadouro, entre cujos membros o autor contaria amigos, e atribuindo a este uma conotação republicana, por meio de uma chapelada de votos deste tipo, que lhe seriam «oferecidos» nas eleições. O governador civil, Abílio Beça, procura neutralizar pessoalmente a rede de que Trindade Coelho dispõe, nomeando directamente o filho e um genro de um conterrâneo seu, influente local, para dois empregos públicos, o que é recusado por este, fiel às relações e aos favores que deve à intercessão pessoal do autor. Pode-se discutir a fidedignidade do relato. O texto é parte de uma luta política em que Trindade Coelho foi comparsa e, através da desmontagem dos procedimentos dos partidos, visa a defesa da «eleição de campanário», já proposta por Herculano em 1858. A polémica passou pela imprensa e atacava, em particular, as manobras de uma *clique* regeneradora — a que unia o ministro Teixeira de Sousa ao governador civil, Abílio Beça, e aos deputados José Beça e Dias Gallas. As relações entre a *élite* política e o poder local, o papel político da Administração — envolvendo-se em lutas de facções, oferecendo empregos, pressionando o funcionalismo — e o patrocínio político são pormenorizadamente descritos. O mesmo se passa com as práticas eleitorais, que iam da compra de votos (com vinho e pão, sendo outrora utilizado o bacalhau frito, enquanto noutras zonas o era o carneiro com batatas) às chapeladas, às manobras com o recenseamento e as mesas eleitorais, à coacção física. Dá-nos também um perfil dos influentes locais: membros do clero, proprietários, bacharéis, boticários, oficiais do Exército.

³⁶ Existe um grande número de escritos literários cujo referente é a política. Vão desde textos conhecidos, como *As Farpas*, de Fça de Queirós e Ramalho Ortigão, a peças teatrais, como *Para as Eleições* (1875), de Júlio César Machado, e *A Viagem à roda da Parvónia* (1879), de Gil Vaz, e a folhetos, como *As Eleições* (1874), de Luís F. de Castro Soromenho.

Em 1886 escrevia Oliveira Martins:

Cacique, ou influente, em Espanha e em Portugal, é quem *todo lo manda* numa determinada zona de terreno — numa freguesia, num concelho, num distrito.

Nesse artigo, publicado em *A Província*, os caciques eram divididos em dois tipos diferentes: os *proprietários*, de que seria paradigma o latifundiário Vaz Preto Geraldês, de Castelo Branco, e os *burocratas*³⁷. Anos mais tarde, o republicano José Barbosa proporia uma classificação mais alargada e distinguiria entre *caciquismo administrativo*, *caciquismo patronal*, *caciquismo clerical* e *caciquismo essencialmente político*. Estas categorias, definidas nos raros textos que tratam especificamente do caciquismo, possuem um valor heurístico que não é de menosprezar. Revelam-nos as principais figuras do patrocínio político, remetendo-nos para os seus campos explicativos. As referências aos proprietários mostram que a função política pode ser um prolongamento directo da dominação social e económica. O mencionar-se o burocrata, o caciquismo administrativo, indicia a possibilidade oferecida pela utilização do aparelho de Estado na construção de um poder político. A referência ao clero denota a importância que o controlo da prática religiosa pode ter no estabelecimento de um vínculo desta natureza. O cacique político é aquele que tudo deveria à posição ocupada nos diversos escalões do poder e da organização partidária³⁸.

2. O LUGAR DOS CACIQUES NO CAMPO POLÍTICO

Os influentes — ou caciques — pertencem a *élites* políticas regionais ou locais. Entre eles existe uma hierarquia, que parece acompanhar as divisões administrativas: distrito, concelho ou freguesia. O cacique encontra-se implantado num determinado meio onde exerce poder e este vem-lhe da junção entre o predomínio pessoal num dado conjunto social e a função de mediador que desempenha nas relações entre este e as *élites* nacionais e, através delas, o Estado³⁹.

A distinção entre *élites* nacionais e locais é imprescindível a uma compreensão do papel central do cacique no sistema político. É ele que opera o contacto entre as chefias partidárias, os candidatos e os eleitores potenciais. Cabe-lhe assegurar, mediante uma intervenção pessoal, o cumprimento formal dos preceitos constitucionalmente estabelecidos — a sua acção insere-se precisamente na distância que separa os ideais liberais consagrados na Carta Constitucional da realidade das práticas que garantem a sua execução. Não existe identidade entre as figuras do deputado e do cacique. O primeiro, como vimos, é muitas vezes estranho ao círculo pelo qual é eleito, ou, sendo daí natural, pode não dispor de influência eleitoral directa. O segundo é obrigatoriamente uma personalidade local, que mobiliza os votos indispensáveis aos actos eleitorais. O deputado faz parte de um corpo que delinea uma estratégia determinada. A sua vinculação a uma organização é mais estreita. O cacique executa, sobre-

³⁷ Oliveira Martins, «Caciquismo», in *A Província* de 26 de Agosto de 1886.

³⁸ José Barbosa, «Guerra aos caciques», in *Alma Nacional*, n.º 31, de 8 de Setembro de 1910.

³⁹ A função de mediador entre a «comunidade local» e o Estado exercida pelos influentes, que aparece claramente como uma característica estrutural do sistema político por nós estudado, é um tema constante na literatura sobre o patrocínio. Veja-se, de um modo geral, Henri Mendras, *op. cit.*, pp. 119-130; são particularmente sugestivas, a este respeito, as análises de J. A. Durán, *Historia de Caciques, Bandos e Ideologías en la Galicia no Urbana (Rianxo, 1910-1914)*, 2.ª ed., Madrid, 1976, de Sydel S. Silverman, «Patronage and community-nation relationships in Central Italy», in *Ethnology*, 1965, e de Anton Blok, *The Mafia of a Sicilian Village, 1860-1960...*, Nova Iorque, 1974.

tudo, directrizes, desde que estas se traduzam num reforço da sua influência pessoal. Apesar das diferenças existentes entre ambos, o mesmo sujeito individual pode ser, simultaneamente, deputado e cacique. Entre os membros da Câmara dos Deputados na legislatura de 1902-04 contam-se alguns caciques ou indivíduos que já desempenharam especificamente essa função. O visconde da Torre, de Braga, os Pessanhas e os Beças, de Bragança, Chaves Mazziotti, de Lisboa, o visconde de Reguengo, de Portalegre, Francisco Lacerda Ravasco e Libânio Fialho Gomes, de Beja, são alguns dos exemplos que pudemos identificar. O primeiro pertencia a uma família de tradições políticas regionais, da pequena nobreza minhota, com residência em Vila Verde; foi várias vezes eleito pelo círculo uninominal que incluía a sua residência e, na vigência do decreto eleitoral de 8 de Agosto de 1901, passou a enquadrar a representação regeneradora distrital. Os segundos, já referidos, tal como o anterior e alguns dos seguintes, a propósito da composição da Câmara dos Deputados, pertenciam a uma família de grandes proprietários brigantinos implantados territorialmente nos concelhos de Macedo de Cavaleiros e Mirandela. Os Beças, proprietários de menor dimensão e membros da pequena nobreza, exerciam também funções políticas directas ao nível regional. Chaves Mazziotti era considerado detentor de poder pessoal na zona de Sintra e de Colares, onde possuía propriedades. O visconde do Reguengo, grande latifundiário, era o chefe regenerador distrital de Portalegre. Lacerda Ravasco e Libânio Fialho Gomes, deputados progressistas por Beja em sucessivas legislaturas, tinham uma influência especialmente concentrada no concelho de Moura. O primeiro era um grande proprietário — «lavrador» — familiar dos chefes regeneradores locais; o segundo era o único médico da sede desse mesmo concelho, de família de lavradores e, possivelmente, ele próprio também o seria ⁴⁰.

Alguns dados dispersos — com uma localização variada no tempo, incidência espacial restrita e uma imperfeita caracterização social — servir-nos-ão para uma breve abordagem das redes políticas locais, distritais ou concelhias. É aí que encontramos o cacique, embora este não se identifique com a totalidade dos membros desses agrupamentos. Exercem essa função, inevitavelmente, os chefes partidários nas diversas escalas de poder. Uma amostragem dos dirigentes progressistas de Vila Real (1887), Braga (1898) e Viseu (1901) e das *élites* concelhias, neste caso extensiva aos regeneradores, de Baião, Porto (1885-86) e Alcains, Castelo Branco (1900), permite-nos, embora de um modo grosseiro, conhecer a composição social destes grupos ⁴¹. Os progressistas de Vila Real, que têm como chefe o conde do mesmo título, descendente dos morgados de Mateus, incluem dois aristocratas membros da família do antigo presidente do Ministério barão da Ribeira de Sabrosa, dois médicos e um «abastado» comerciante. Em Braga, os elementos dirigentes são dois médicos, dois cónegos, um professor do liceu, dois ricos proprietários, antigos deputados e o administrador do concelho, de origem nobre. Em Viseu, o chefe progressista é o delegado de Saúde e entre os dirigentes do partido encontra-se o conde de Prime, proprietário, o reitor do liceu e um rico cavaleiro tauromáquico. (As *élites* regeneradoras possuiriam idêntica composição social; proprietários, médicos e advogados constituem em Viseu o núcleo dos seus dirigentes.) Em Baião, os progressistas

⁴⁰ Para além das obras consultadas para se obter uma amostragem sobre a importância das relações de parentesco utilizámos aqui o *Anuário Comercial de Portugal*, anos de 1900 a 1906, o volume *Homenagem a Hintze Ribeiro. O Banquete Político do Partido Regenerador em 15 de Outubro de 1903*, Lisboa, 1903, e a imprensa da época.

⁴¹ Para Braga, Vila Real e Baião veja-se António Cabral, *Alexandre Cabral [...]*; para Viseu, jornal *O Distrito de Viseu*, anos de 1900-01; para Alcains, Sanches Roque, *Alcains e a Sua História*, 1975. A composição social dos «centros locais» do Partido Progressista, entre 1878 e 1881, confirma os dados apresentados. (Elementos de um trabalho em preparação sobre este partido do co-autor, Pedro T. de Almeida.)

incluem os irmãos Cabrais, nobres, proprietários, bacharéis em Direito, um seu tio, outros dois proprietários de famílias aristocráticas e o médico municipal. Em Alcains, os membros deste partido — chefiados pelo conde de Idanha-a-Nova, grande proprietário rural — abrangem um primo de João Franco, formado em Direito, e um professor primário. Em Baião, os regeneradores compõem-se, entre outros, do administrador do concelho e de dois proprietários de origem nobre, um dos quais antigo deputado e administrador concelhio. Em Alcains, o chefe é um grande proprietário, licenciado em Direito, ligado matrimonialmente à aristocracia, e como membro desse grupo aparece-nos outro grande proprietário rural que é, simultaneamente, industrial de chapelaria e destacado filantropo ⁴².

Seria precipitado proceder-se a generalizações a partir deste tipo de dados. No estado presente da investigação são muito vagas as indicações sociológicas que possuímos sobre os caciques: grandes e médios proprietários, membros de profissões liberais — médicos e advogados, fundamentalmente —, clérigos, funcionários administrativos, um ou outro professor, industrial ou comerciante. Além disso, a documentação tratada diz exclusivamente respeito a capitais de distrito e sedes de concelho, escapando-nos as relações de poder quer nas freguesias e aldeias, quer nas grandes cidades, onde se concentram os sectores secundário e terciário. Embora conheçamos menções sobre a existência de clientelismo político nestas últimas, o seu lugar e os seus protagonistas parecem diversos da realidade por nós apreendida.

Como atrás se disse, existe uma hierarquia entre os caciques ⁴³. A amplitude do poder destes não vai além do distrito. É, aliás, a este nível que se estabelece a articulação entre as chefias partidárias e os influentes locais. O dirigente distrital do partido, que pode exercer o cargo de governador civil quando a sua organização se encontra no poder, é uma figura crucial de uma cadeia cujo topo é o líder partidário — que ocupa quase invariavelmente, quando no poder, o cargo de presidente do Ministério, acumulado, muitas vezes, com a pasta política, o Ministério do Reino — e cuja base reside nos influentes de freguesia ou de aldeia ⁴⁴. O funcionamento da organização progressista de Baião (1886) é, a este respeito, esclarecedor. No âmbito concelhio há um conjunto de notáveis, cujo pólo é a família Cabral, que dispõem de parentes e amigos políticos nas diversas freguesias. Os seus contactos com a direcção partidária (no caso presente, José Luciano de Castro, presidente do Ministério progressista) faziam-se através do governador civil do Porto. As organizações partidárias obedecem, pois, a uma articulação vertical e personalizada de redes horizontais ⁴⁵.

O cacique é, basicamente, um intermediário entre os segmentos sociais locais e o Estado que os engloba. Ele fornece os meios, os votos, indispensáveis à reprodução e legitimação das instituições políticas. Em troca garante às comunidades em que se encontra situado um conjunto multimodo de serviços, sob

⁴² Outros caciques estudados — através de fontes escritas acessíveis — foram o cacique de Vinhais, proprietário rural e aristocrata, antigo deputado, administrador do concelho e presidente da Câmara, Pedro Vicente Campilho (ver Francisco Manuel Alves, *op. cit.*, t. VI e VII, e jornal *O Nordeste* de 22 de Maio de 1908); o conselheiro José Caetano Rebelo, latifundiário de Gavião (distrito de Portalegre), antigo par electivo (ver Anselmo Patrício, *Um Cacique no Tribunal*, Coimbra, 1907); o rico proprietário e industrial Domingos Francisco de Assis, o «Fandang», com influência nos concelhos de Arruda dos Vinhos e Vila Franca de Xira e o contador desta última comarca (ver Lino Macedo, *Apontamentos para a História do Movimento Republicano no Concelho de Vila Franca de Xira, 1881 a 1891*, Lisboa, 1913); e ainda o médico progressista Gil Montalverne de Sequeira, grande influente de Ponta Delgada (ver *Mont'Alverne de Sequeira. Correspondência (1881-1930)*, ed. org. por A. H. de Oliveira Marques, Ponta Delgada, 1980).

⁴³ A propósito desta hierarquia veja-se Joaquín Costa, *op. cit.*, p. 28.

⁴⁴ Abaixo do cacique existiam os que executavam as suas directrizes, aos quais parece corresponder, genericamente, o termo *galopim*, de uso corrente na gíria política da época.

⁴⁵ Cf. António Cabral, *Alexandre Cabral...*, pp. 81-98.

a forma individualizada de favores. A concessão destes é vista não como a consequência da adesão a uma ideologia ou a um partido, mas a uma personalidade. Os favores vão desde a isenção do serviço militar às facilidades fiscais, aos empregos, às práticas de nepotismo, ao «afilhadismo», no que se refere a indivíduos. A estradas, pontes, caminhos-de-ferro, escolas, melhoramentos públicos variados, no que se reporta a colectividades ⁴⁶. O cacique apenas poderia oferecer um número limitado de favores se o seu poder fosse simplesmente pessoal (como empregos em meios de produção por ele controlados, por exemplo). Inserido num conjunto que, periodicamente, controla o poder político, os meios de que dispõe amplificam-se. São os do próprio Estado ⁴⁷. A rotação assume-se, deste modo, como uma alternância na partilha directa dos benefícios inerentes ao exercício do poder. A ilustração deste facto encontramos-la num editorial de Mariano de Carvalho de 1901, em que este vê no favor o principal veículo de vitória eleitoral dos governos ⁴⁸. A maioria do eleitorado apoia sistematicamente o partido governamental. Os votantes seguros de cada partido são poucos e, em situações limites, nenhuns ⁴⁹. O controlo dos recursos do Estado é, assim, neste sistema político, essencial à construção de uma organização partidária — com excepção daquelas cuja estruturação não é de tipo clientelar. As tentativas ensaiadas na ausência desse controlo redundaram em fracasso (veja-se o caso dos regeneradores-liberais, que só quando governo possuem força eleitoral).

A posição dos caciques no fluxo de relações entre o *centro* e a *periferia* possibilita às camarilhas por eles controladas uma privatização do Estado ao nível local, em função dos seus próprios interesses. Por outro, as lutas partidárias constituem um referente legitimador a conflitos entre famílias ou rivalidades pessoais ⁵⁰. A indiferenciação entre a esfera privada e a esfera pública é um elemento-base do caciquismo.

A acção mediadora do cacique não se esgota, no entanto, na instrumentalidade de uma função política. Ele é o eixo de contacto entre dois tipos de cultura: aquela, de raiz urbana, letrada, que tem como ideal as concepções liberais universalizantes de que se reclama a *élite* política, e a que traduz as concepções do político ao nível local, quer por parte do corpo restrito do eleitorado, quer por parte dos que se encontram excluídos do sufrágio ⁵¹. Esta função de intercâmbio

⁴⁶ Referências detalhadas aos favores encontram-se em inúmeras obras. Pela sua riqueza, destaquem-se Francisco Homem Cristo, *op. cit.*, vol. II, cap. XXI, e *Mont'Alverne de Sequeira [...]* As trocas de favores sobrepujam-se às próprias divisões partidárias (ver, na última obra citada, as relações entre o progressista Montalverne e o regenerador conde de Paçô Vieira).

⁴⁷ Augusto Fuschini via nas obras públicas da Regeneração, simultaneamente, uma fonte e um sinal do clientelismo político:

O grande desenvolvimento das obras de interesse geral que principia em 1852, depois da criação do Ministério das Obras Públicas, constitui excelente meio de veniaga política. Estradas, pontes, caminhos-de-ferro, são traçados e construídos conforme as indicações das melhores influências locais. A nossa principal artéria ferroviária sofre atormentada direcção para se aproximar de povoações de secundário valor. Estradas absurdas e dispendiosas vão servir quase exclusivamente as propriedades dos grandes influentes eleitorais que a seu turno, ou por si ou por interposta pessoa, põem à disposição dos governos partidários a vontade submissa e o voto subserviente no Parlamento. [A. Fuschini, *op. cit.*, p. 142.]

⁴⁸ *O Popular* de 26 de Agosto de 1901.

⁴⁹ O «franquista» Adriano Beça, que havia sido o candidato mais votado no concelho de Bragança quando João Franco se encontrava no poder, apenas recolhe um voto nas eleições de 1908, no mesmo concelho (ver *O Nordeste* de 10 de Abril de 1908).

⁵⁰ Ver António Cabral, *Alexandre Cabral [...]*, pp. 81-100, e José Cutileiro, *Ricos e Pobres no Alentejo*, Lisboa, 1977, p. 288.

⁵¹ No campo das condições culturais propícias ao caciquismo citam-se, habitualmente, factores de ordem «negativa», como o analfabetismo, a desmobilização política, o desconhecimento das diferenças entre programas políticos por parte da população rural (ver J. M. Jover Zamora, *op. cit.*,

não se restringe ao cacique. Pequenos funcionários, amanuenses, escrivães, professores, asseguram igualmente as comunicações entre esses distintos universos de vivência política⁵².

Uma sociologia histórica do caciquismo implica o estudo das transformações da formação social portuguesa ao longo do século XIX. É nas modalidades de que se revestiu o desmantelamento do Antigo Regime — o desenvolvimento do modo de produção capitalista, a edificação de um novo aparelho de Estado e a articulação deste com uma realidade social local multifacetada — que poderemos encontrar as bases de uma sua genealogia. O cacique é, por vezes, o descendente de antigas famílias senhoriais, que logrou inserir-se na nova sociedade. Mas o caciquismo não corresponde, de modo algum, a uma transmissão linear de hierarquias anteriores ao liberalismo ou pré-capitalistas. O estudo, embora limitado, a que procedemos sobre os deputados e os trajectos individuais de caciques que foi possível seguir apontam para o carácter geralmente moderno dessas mesmas *élites*, produto das mutações sociais, económicas e políticas que em Oitocentos tiveram lugar, e para a pertinência, o que não significa rigor classificativo, dos elementos contidos nos textos anteriormente citados de Oliveira Martins ou José Barbosa. É indispensável, todavia, proceder a pesquisas, quantitativamente significativas, sobre os notáveis que dominam a cena portuguesa na segunda metade do século XIX e sobre as relações recíprocas entre poder económico, classes sociais e carreira política, para se poderem avançar formulações seguras nesta direcção.

A importância nuclear do clientelismo tem sido vista como uma característica das formações sociais periféricas⁵³. A sua existência, no entanto, não é um exclusivo deste tipo de sociedades. Mas, nas formações sociais em que o modo de produção capitalista é dominante e se encontra largamente difundido, os conflitos políticos tendem a relacionar-se de um modo mais directo com clivagens de classe. Como afirma Nicos Mouzelis, «onde o capital deixou de operar exclusivamente na esfera de distribuição e fez uma entrada em larga escala na de produção (agrícola e/ou industrial) encontramos: a) um largo processo de mobilização política e social, ao mesmo tempo que a periferia perde o seu carácter auto-suficiente (através do desenvolvimento de mercados nacionais, redes de comunicação, educação, ...) e as massas trabalhadoras são inexoravelmente lançadas no interior do processo político; b) a emergência no contexto de regimes parlamentares, de condições favoráveis ao desenvolvimento de organizações formais (partidos políticos, *trade unions*) que tentam, com mais ou menos sucesso e de um modo *autónomo*, articular e promover os interesses colectivos das classes dominadas, isto é, dos produtores directos rurais e urbanos»⁵⁴. Este processo, embora não invalide a existência de estruturas verticais de patrocínio político, tende a reduzir gradualmente a eficácia de uma política personalista. Pelo contrário, nas formações em que o modo de produção capitalista não é dominante ou a sua dominância se reveste de um carácter de «enclave», há uma maior propensão para uma associação entre patrocínio e política. Por um lado, os assalariados — rurais ou urbanos — são minoritários.

p. 301). Um tratamento mais adequado, assente na percepção da diferença de objectivos entre os grupos restritos aos quais a política nacional interessa e aqueles que estão fundamentalmente empenhados em problemas de âmbito local, que vê no notável o ponto de contacto entre duas esferas culturais distintas, encontra-se em Eugen Weber, *Peasants into Frenchmen. The Modernization of Rural France, 1870-1914*, 2.ª ed., Londres, 1979, pp. 241-277.

⁵² Sobre o papel destas camadas na comunicação entre grupos sociais letrados e iletrados leiam-se José Cutileiro, *op. cit.*, p. 263, e Eugen Weber, *op. cit.*, p. 267.

⁵³ Caciquismo é a designação do clientelismo político nos países de língua castelhana e, ao que tudo indica, por influência espanhola, em Portugal.

⁵⁴ «Class and clientelistic politics: the case of Greece», comunicação apresentada no colóquio *The Politics of Mediterranean Europe*, Atenas, IPSA, 1978, p. 10.

Por outro, a maioria dos membros das classes dominadas está envolvida em relações sociais de produção que, não implicando uma separação dos trabalhadores dos meios de produção, não favorecem a consolidação de uma coesão simbólica de classe — «consciência de classe» — e a emergência e institucionalização de organizações horizontais⁵⁵. O crescimento da burocracia estatal nestas formações sociais — ligado a uma intervenção, mesmo que indirecta, do Estado na esfera económica e a uma repartição dos benefícios do *spoils system* — possibilitaria a existência do que o mesmo autor designa como «*autonomia relativa* da esfera política em relação à estrutura de classe»⁵⁶.

Estas considerações gerais — que aqui se apresentam muito esquematizadas — parecem adequar-se à descrição do caso português. No que se refere simplesmente ao campo político, em começos do século, as organizações de integração dominantes são de tipo vertical, como o demonstra a análise precedente dos partidos rotativos. O desenvolvimento de organizações horizontais, ligadas a clivagens de classe — um partido, sindicatos operários... —, obedece, *grosso modo*, no conjunto do espaço português, às linhas de implantação do capitalismo, sendo fundamentalmente nos pólos industriais que estas se concentram neste período. Sublinhe-se que, não só não há exclusão entre estruturas verticais e horizontais, como não se verifica uma evolução linear que conduza das primeiras às segundas. Além disso, a mesma organização política pode conhecer os dois modos de articulação. (Seria interessante analisar-se, deste ponto de vista, o movimento republicano.) As características de «enclave» do MPC, que parecem ser, na viragem do século, as do capitalismo em Portugal, muito embora este seja dominante, surgem-nos associadas a outros requisitos de uma política de patrocínio, como a relativa incomunicabilidade e isolamento rurais, que colocam o cacique numa posição privilegiada de controlo dos intercâmbios entre essas zonas e o exterior. As referências ao crescimento do funcionalismo, à «*empregomania*» e à capacidade de manipulação de clientelas por parte dos partidos que monopolizam o poder de Estado, constantes em autores oitocentistas, configuram um campo político de traços similares aos descritos por N. Mouzelis.

No quadro dos regimes parlamentares europeus encontramos elementos comparativos pertinentes para o estudo do caciquismo em Portugal nas sociedades grega, da Itália meridional, Sicília e Sardenha e na Espanha desta época. Embora as práticas de clientelismo político predominem em todas elas, é com a última que o sistema português possui maiores afinidades. O «turno» conservadores/liberais que domina a Espanha, da «*Restauração*» (1875) até à ditadura de Primo de Rivera (1923), tem como suporte a actuação dos caciques. O enquadramento constitucional, o controlo do Estado pelas oligarquias, as características dos partidos, são elementos comuns a ambos os regimes⁵⁷.

CONCLUSÃO

O sistema político vigente em começos do século tem a sua base na partilha de poder instituída entre clientelas agrupadas em dois blocos partidários que assentam, ao nível local, na acção dos influentes ou caciques.

⁵⁵ «Class and clientelistic politics: the case of Greece», cit., pp. 11-12.

⁵⁶ Id., p. 19.

⁵⁷ A par de textos já citados, veja-se: para a Grécia, Constantine Tsoucalas, *State Structure and Clientelistic Politics: the Case of Modern Greece*, IPSA, Atenas, 1978, e N. Mouzelis, *Modern Greece. Facets of Underdevelopment*, Londres, 1978; para a Itália, Alex Weingrod, «Patrons, patronage, and political parties», in *Comparative Studies in Society and History*, vol. x (4), 1968, e Luigi Graziano, «Clientela e politica nel Mezzogiorno», in *Il Sistema Politico Italiano*, Bolonha, 1973. Para Espanha: J. A. Durán, *Agitadores, Poetas, Caciques, Bandoleros y Reformadores en Galicia*, Madrid, 1974.

A leitura do caciquismo, que aqui se propõe, possui limites evidentes. A sua elaboração tomou como ponto de partida um momento histórico específico, privilegiou o tratamento das *élites*, o seu âmbito foi o de um espaço político nacional. Embora esse estudo se nos afigure prévio a qualquer análise detalhada do clientelismo, é certo que ele implicou um exame ainda global desse tipo de instituição. Um desenvolvimento da pesquisa levará, quer a uma valorização da dinâmica histórica do caciquismo, à observação das suas mutações através de sucessivos e diferenciados contextos políticos, quer a um estudo que tenha em conta as variantes das suas manifestações ao nível regional ou local. Possibilitará uma investigação das modificações sociais operadas nos grupos que desempenham funções de cacique e um conhecimento alargado das variações na relação entre influentes e partidos políticos. Conduzirá a uma elucidação das relações existentes entre o patrocínio como forma de representação política — sentido com que o termo foi utilizado neste texto — e a realidade social que lhe é subjacente.

O historiador do caciquismo espanhol José Varela Ortega defende que a «classe política» em Espanha, neste período — cujas posições não só não coincidem, mas contradiriam, muitas vezes, as dos grupos economicamente dominantes —, não representaria interesses de classes sociais, mas os de clientelas partidárias, estruturadas verticalmente. Estes últimos laços cortariam através de linhas colectivas, económicas ou sociais e seriam similares aos existentes entre patronos e clientes, tal como estes foram descritos por Eric R. Wolf⁵⁸. De acordo com este antropólogo, as relações patrono-cliente processam-se entre indivíduos de estatuto económico e social desigual. As trocas de bens entre eles possuem, de igual modo, um valor desigual. «As ofertas do patrono», escreve Wolf, «são mais imediatamente tangíveis; consistem em ajuda económica e protecção contra as exações legais e ilegais da autoridade. O cliente, por sua vez, paga-lhe com bens mais intangíveis [...]» Entre estes contam-se demonstrações de estima, serviços de informação e apoio político — emergindo neste último caso, segundo Eric Wolf, o elemento de poder, que em outras ocasiões se encontra mascarado. Existe também um mínimo de afecto e lealdade — pertencer-se a uma facção — como componente da relação patrono-cliente e esta não se reveste de um carácter meramente conjuntural⁵⁹.

A investigação que empreendemos não nos permitiu detectar em que medida é que a estrutura interna dos partidos rotativos se assemelha a este tipo de relações. Será necessário proceder a um amplo levantamento sociológico dos notáveis, a uma caracterização minuciosa da dependência que possa envolver a troca de favores, conhecer mais pormenorizadamente o grau de coesão das organizações partidárias.

É exacto que as lutas partidárias não expressam, de um modo *directo*, conflitos de classe, antes *aparecem* ligadas a uma distribuição de poder entre clientelas rivais. Mas deve-se lembrar que, no seu conjunto, as organizações partidárias defendem, para além dos seus confrontos, uma determinada ordem política garante de uma dominação de classe.

A perspectiva de Varela Ortega de uma correspondência entre caciquismo e um sistema social cuja linha de estruturação principal fossem relações patrono-

⁵⁸ José Varela Ortega, *op. cit.*, pp. 358 e 438.

⁵⁹ Refere-se aqui o modelo de relações proposto por Eric Wolf, no artigo que temos vindo a citar, por dois motivos: 1) por ser aquele em que se apoia Ortega; 2) por não existir uma interpretação «uniformizada» desse tipo de relações. Uma discussão alargada destas no referente à área mediterrânica encontra-se em John Davis, *People of the Mediterranean: an Essay in Comparative Social Anthropology*, Londres, 1977, pp. 132-150, e uma proposta de modelo global em S. N. Eisenstadt e Louis Roniger, «Patron-client relations as a model of structuring social exchange», in *Comparative Studies in Society and History*, vol. 22 (1), pp. 42-77.

-clientes, *do tipo atrás descrito*, não se nos afigura pertinente ⁶⁰. É possível que, em certas zonas e momentos históricos precisos — como sucedia em princípios do século na comunidade alentejana estudada por José Cutileiro — ⁶¹, o exercício do caciquismo se apoie, parcialmente, em relações semelhantes às explicadas por Wolf. Todavia, não nos parece que essa correspondência seja uma constante ⁶². O facto de os vínculos que unem eleitores a caciques funcionarem sobretudo em épocas eleitorais e o recurso a modalidades de obtenção do voto como a pressão pela usura, a violência ou a sua compra, por exemplo, não se nos afiguram compatíveis com uma identificação geral entre caciquismo e relações patrono-clientes. A incidência destas últimas variará também consoante a conjuntura histórica e a natureza dos diversos agregados sociais, que, perante estas, mantém distintas atitudes ⁶³. Mas esta é uma problemática que o presente trabalho deixa em aberto.

O aprofundamento das relações entre clientelismo político e sistema social — que passa pelo estudo das articulações entre a estrutura básica de classes e as «estruturas informais» ⁶⁴ — é indispensável a uma compreensão plena do lugar por aquele ocupado na vida portuguesa. Ele não pode cingir-se a uma análise do campo político — exige a passagem a uma história social do caciquismo.

⁶⁰ Retomamos, basicamente, a crítica de J. Martínez Alier à obra de J. V. Ortega. Ver J. M. Alier, «Patrons i clients», in *Recerques*, n.º 9, Barcelona, 1979, pp. 155-157.

⁶¹ José Cutileiro, *op. cit.*

⁶² Para Gilmore, que escreve sobre uma comunidade andaluza, o patrocínio é um fenómeno cultural secundário, face às estruturas de classe, ver David Gilmore, «Patronage and class conflict in Southern Spain», in *Man*, vol. 12 (3/4), 1977, pp. 446-458.

⁶³ Ver Joyce F. Riegelhaupt, «Os camponeses e a política no Portugal de Salazar — o Estado Corporativo e o 'apoliticismo' nas aldeias», in *Análise Social*, vol. xv, n.º 59, 1979, pp. 505-523.

⁶⁴ Para Eric Wolf, «estruturas informais» são as que desempenham funções informais, intersticiais para além de um «sistema formal», em sociedades complexas. Este autor divide-as em três conjuntos fundamentais: parentesco, amizade e relações patrono-clientes (ver E. Wolf., art. cit.).